



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular nº 179/2024

Brasília (DF), 7 de maio de 2024.

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN.

Assunto: Envia relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional – GTPE.

Companheira(o)s,

Encaminhamos, para conhecimento, o relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional – GTPE, realizada nos dias 6 e 7 de abril, em Brasília, na sede do ANDES-SN.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Profa. Caroline de Araújo Lima
1ª Secretária

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICA EDUCACIONAL (GTPE) DO ANDES-SN

Data: 6 e 7 de abril de 2024

Local: Sede Nacional do ANDES-SN

06/04/2024 - MANHÃ

Coordenação do GTPE: Ana Paula Salvador Werri (2ª Vice-Presidenta da Regional Pantanal), Cláudia Lino Piccinini (1ª Vice-Presidenta da Regional Rio de Janeiro), Emerson Duarte Monte (2º Vice-Presidente da Regional Norte II), Clarissa Rodrigues (2ª Vice-Presidenta da Regional Leste), Fernanda Ferreira Belo (1ª Secretária da Regional Planalto) e Raquel Dias Araujo (1ª Vice-Presidenta).

Representantes das seções sindicais: Adriana Patrúo (ADUFRJ), Amanda Moreira da Silva (ASDUERJ), André Rodrigo Guimarães (SINDUFAP), Cristina Cardoso de Araújo (APRUMA), Carlos Rogério Mauch (ADUFPB), Fernanda de Araújo (ADUFES), Gabriel de Medeiros (ADUFPB), Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ), Luciane de Almeida Gomes (ADUFMAT), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Marilene Lopes da Rocha (ADUFS), Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI), Onali Clementino Gonçalves (ADUFPI), Myrtes Dias da Cunha (ADUFU), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Priscila Monteiro Chaves (ADUFES), Regiane Blank Wille (ADUFPEL), Rita de Cassia (ADUFPB), Rita Rache (APROFURG), Simone Negrão de Freitas (ADUFPA).

O Diretor Emerson Duarte deu as boas-vindas ao(à)s participantes e cada diretor(a) fez suas apresentações. A coordenação da mesa informa a pauta, que logo em seguida é aprovada conforme a Circular nº 089/2024:

Dia 6 de abril (9h às 17h)

1. Informes;
 - 1.1. Informes da DN;
 - 1.2. Informes das Seções Sindicais;
2. Análise crítica do documento final da CONAE enviada ao MEC (<https://drive.google.com/file/d/13vmP2rdmtZje0GtiCMqHHLOv8n4DrAkz/view?usp=sharing>);
 - 2.1. Apresentação do documento pela Coordenação do GTPE;
 - 2.2. Discussão sobre o documento;

Dia 7 de abril (9h às 12h)

3. Resoluções do 42º Congresso do ANDES-SN;
4. Encaminhamentos.

1. INFORMES

1.1. INFORMES NACIONAIS

A diretoria apresentou informes sobre as mesas de negociação com o governo federal e o estágio em que se encontravam as negociações, a partir dos apontamentos feitos pelo governo. Apresentou também o estágio de desenvolvimento da greve das Universidades Estaduais do Ceará e a judicialização feita pelo governo do estado, e finalizou com o calendário de atividades do ANDES-SN:

Reunião do Setor das IFES – 10 de abril (Brasília – Sede do ANDES-SN);

Reunião do GTPAUA - 13 e 14 de abril (Brasília – Sede do ANDES-SN);

Reunião do GT CARREIRA - 13 e 14 de abril (Brasília – Sede do ANDES-SN);

Reunião do SETOR DAS IEES/IMES/IDE - 20 e 21 de abril (Campinas – Sede da ADUNICAMP);

Reunião do GTPFS - 27 e 28 de abril (Brasília – Sede do ANDES-SN);

Reunião do GTC&T – 4 de maio (Brasília – Sede do ANDES-SN);

Reunião do GT MULTICAMPIA E FRONTEIRA – 11 de maio (Brasília – Sede do ANDES-SN).

1.2. INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS

Os informes enviados pelas seções sindicais estão no final deste relatório, constituindo-se em ANEXO 1.

2. ANÁLISE CRÍTICA DO DOCUMENTO FINAL DA CONAE ENVIADA AO MEC

O documento, objeto do debate, foi apresentado pela diretoria, iniciando por Raquel Dias Araújo que fez uma exposição da **Apresentação e da Introdução e do Eixo I do documento da CONAE**. Na **Apresentação e Introdução do documento**, destacam-se os elementos históricos que marcam a situação política aberta entre 2016 e 2022, destacando o *impeachment* em 2016 e os relevantes acontecimentos político-econômicos que o sucederam e caracterizam o projeto denominado de neoliberal e as expressões do ideário da extrema direita, que restringiram direitos sociais e a participação democrática, assim como o Projeto Político de Temer e Bolsonaro que atacaram fortemente a educação econômica e ideologicamente. Neste contexto, destaca-se a criação do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e sua ação na articulação dos movimentos em torno da CONAE, e posteriormente, com a eleição do PT na rearticulação do Fórum Nacional de Educação (FNE), na proposição, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais. Em seguida, destacou os principais pontos do atual PNE 92014-2024), demonstrando o que foi cumprido e as metas estabelecidas e não atingidas, tomando como referência o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022. A COANE, ocorrida no período de 28 a 30 de janeiro de 2024, teve os seguintes objetivos: avaliar a execução do PNE vigente; subsidiar a elaboração do PNE, decênio 2024/ 2034; contribuir com a identificação dos problemas e das necessidades educacionais; produzir referências para

orientar a formulação e a implementação dos planos de educação estaduais, distrital e municipais, articulados ao PNE, decênio 2024/2034.

Passou-se, então para a apresentação do **Eixo 1, o Plano Nacional de Educação como articulador do Sistema Nacional de Educação, sua vinculação aos Planos Decenais, estaduais, distritais, municipais de educação em prol das ações integradas e intersetoriais, em regime de colaboração e interfederação**. O documento traz a discussão sobre o Sistema Nacional de Educação (SNE) como forma de organização da educação para viabilizar o direito à educação a toda e qualquer pessoa. O debate passa pelas tentativas de organização do sistema SNE desde a atuação do(a)s Pioneiro(a)s da Educação Nova, passando pelo processo de redemocratização dos anos de 1980 e o debate pelo direito à educação e a criação de políticas educacionais nos anos 2000. O documento apresenta os conceitos fundamentais do SNE: coordenação, a busca de resultados, objetivos e metas comuns, levada a efeito a partir de um governo central; colaboração, abrange a relação entre os sistemas de educação; cooperação, se refere à relação interfederativa entre os entes federados; o regime de colaboração, que garante o cumprimento das responsabilidades e o financiamento e a descentralização, que reparte as competências entre os diferentes níveis de governo. Há no documento a defesa da destinação dos 10% do PIB exclusivamente para a educação pública. Raquel Dias Araújo apontou que esta luta é histórica e que o financiamento público da educação pública havia sido descaracterizado no PNE atual. (SLIDES – ANEXO 2)

Os Eixos II e III foram apresentados por Fernanda Ferreira. O **Eixo II – A garantia do direito de todas as pessoas à educação de qualidade social, com acesso, permanência e conclusão, em todos os níveis, etapas e modalidades, nos diferentes contextos e territórios** – se relaciona com as políticas e gestão da educação, em particular com as metas 1 a 14 do atual PNE. Os objetivos são tratar dos desafios e caminhos para a garantia de políticas e programas nacionais de universalização e democratização do acesso de estudantes da educação básica e superior, especialmente públicas, com garantia de interiorização, permanência, equidade, inclusão, qualidade, enfrentamento e superação das desigualdades, elevação da escolaridade, melhoria do processo de ensino-aprendizagem e êxito escolar. Fernanda Ferreira elencou os documentos, eventos e as agendas nacionais e internacionais sobre direitos humanos e direitos à educação. Defende-se no documento que o Custo Aluno - Qualidade Inicial (CAQi), padrão mínimo de qualidade, e o Custo Aluno Qualidade (CAQ), padrão de qualidade, são mecanismos que unem qualidade, gestão, controle oficial e financiamento da educação. Para que os princípios do direito à educação e a qualidade socialmente referenciada se desenvolvam são necessários a valorização do(a)s profissionais da educação e melhoria de suas condições de trabalho; a permanência na educação superior e na educação básica; a adequação no tamanho da turma e na relação professor(a)-aluno(a); a garantia da formação, carreira e remuneração de professore(a)s em condições adequadas, entre outros aspectos.

O **Eixo III – Educação, direitos humanos, equidade, inclusão e diversidade: justiça social na garantia do direito à educação para todas as pessoas e combate as diferentes e novas formas de desigualdade, discriminação e violência** – trata sobre a educação, os direitos humanos, a equidade, a inclusão e a diversidade, debatendo sobre a justiça social na garantia do

direito à educação para todas as pessoas (idades, etnias, gênero, origem, orientação sexual, deficiência, ou seja, em toda a diversidade humana) e combate as diferentes e novas formas de desigualdade, discriminação e violência. Tendo como objetivo promover a efetivação da educação pública democrática, laica e com qualidade social nas instituições educativas de todos os níveis, etapas e modalidades, abordando o debate sobre equidade e justiça social para a garantia do direito à educação. Estabelecer políticas de Ações afirmativas que visem correções das desigualdades e injustiças históricas. (SLIDES – ANEXO 3)

Após apresentação da parte inicial do documento da Conferência Nacional de Educação (CONAE) – Apresentação, Introdução, Eixos I, II e III – pela manhã, abriu-se para o debate conforme resolução aprovada no 42º Congresso. No debate se inscreveram o(a)s seguintes professore(a)s presentes: Luciane Gomes (ADUFMAT), Maria Cecília de Castro (ADUFF), André Guimarães (SINDUFAP), Marilene da Rocha (ADUFS), Amanda Moreira (ASDUERJ), Liz Paiva (ADUR-RJ), Priscila Chaves (ADUFES), Clarissa Rodrigues (Diretoria), Rita de Cassia (ADUFPB), Raquel Dias (Diretoria).

O debate foi aberto para o(a)s participantes da reunião e as falas foram na seguinte direção: O documento elaborado durante a CONAE 2024 foi um processo de disputa. A direita descobriu o processo de controle social e estava presente no Congresso. Um exemplo destacado foi em MT, quando participantes conseguiram aprovar a manutenção das escolas militares. Outro(a)s defenderam que precisamos retomar o ENE numa perspectiva de discussão de construção de um Sistema Nacional de Ensino. Pois, ele é o espaço de construção de nosso projeto de educação. Houve o destaque da necessidade de nossa avaliação sobre a posição do ANDES-SN perante o PNE daqui para frente. Houve, também o questionamento da metodologia de trabalho do GT, sobre a necessidade de realizar uma análise de conjuntura na abertura dos trabalhos para contextualizar o documento e realizar um debate apenas ao final. Várias críticas à concepção geral do documento foram proferidas, especialmente sobre a relação entre educação e sociedade, e a ausência de leitura do campo classista na elaboração da fundamentação do documento. Enquanto se fundamenta numa concepção de educação voltada a apresentar índices e avaliações em escala. Ao mesmo tempo, uma parte do(a)s participantes reconhecem que a extrema direita está muito forte, por isto mesmo este PNE terá dificuldades em ser aprovado no legislativo. Há manifestação de que temos que defender o documento e sua aprovação. Assim, a disputa se dará no processo de aprovação da lei PNE e teremos que avaliar como articular o plano de lutas aprovado no Congresso com este processo.

06/04/2024 - TARDE

Coordenação do GTPE: Clarissa Rodrigues (2ª Vice-Presidenta da Regional Leste), Fernanda Ferreira Belo (1ª Secretária da Regional Planalto), Raquel Dias Araujo (1ª Vice-Presidenta), Ana Paula Salvador Werri (2ª Vice-Presidenta da Regional Pantanal), Cláudia Lino Piccinini (1ª Vice-Presidenta da Regional Rio de Janeiro) e Emerson Duarte Monte (2º Vice-Presidente da Regional Norte II).

Representantes das seções sindicais: Adriana Patrúo (ADUFRJ), Amanda Moreira da Silva (ASDUERJ), André Rodrigo Guimarães (SINDUFAP), Cristina Cardoso de Araujo (APRUMA), Carlos Rogério Mauch (ADUFPB), Fernanda de Araújo (ADUFES), Gabriel de Medeiros (ADUFPB), Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ), Luciane de Almeida Gomes (ADUFMAT), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Marilene Lopes da Rocha (ADUFS), Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI), Onali Clementino Gonçalves (ADUFPI), Myrtes Dias da Cunha (ADUFU), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Priscila Monteiro Chaves (ADUFES), Regiane Blank Wille (ADUFPEL), Rita de Cassia (ADUFPB), Rita Rache (APROFURG), Simone Negrão de Freitas (ADUFPA).

Após o retorno do intervalo para o almoço, foram apresentados os demais eixos do documento da CONAE (eixos IV, V, VI e VII), para dar prosseguimento às análises.

O Eixo IV – Gestão Democrática e Educação de Qualidade: regulamentação, monitoramento, avaliação, órgãos e mecanismos de controle e participação social nos processos e espaços de decisão – foi apresentado pela professora Clarissa Rodrigues. O documento destaca a defesa de um Sistema Nacional de Educação, da destinação de dinheiro público para escola pública (esse tema do financiamento público para escola pública é repetido em diversos parágrafos), de participação e controle social, inclusive do setor privado. Destaca, também, a organização dos fóruns e conselhos (normativos e deliberativos) para a realização de consulta pública para escolha de dirigentes, ou seja, eleição direta com nomeação do primeiro(a) colocado(a), de acordo com a defesa da autonomia, no artigo 207 da Constituição Federal. O documento registra que somente 6% das escolas tem eleição de diretores(a) e sugere manter a meta 19 com inclusão de novas estratégias. O documento sugere rever a questão da EaD. São apresentadas 20 proposições sobre gestão democrática e 20 proposições sobre avaliação. A meta 7 do atual PNE (2014-2024) relativa à qualidade da educação contém 36 estratégias, das quais 3 foram alcançadas.

A professora Cláudia Piccinini apresentou o **Eixo V – Valorização de Profissionais da Educação: garantia do direito à formação inicial e continuada de qualidade, ao piso salarial e carreira, e às condições para o exercício da profissão e saúde** – foi apresentado por Cláudia Piccinini, sendo enfatizado que o documento da CONAE centralizou as discussões em torno da educação básica. Os principais pontos destacados foram a ideia de universidade como *lócus* da pesquisa, extensão e estágio e a ocorrência de uma expansão da EaD. Há uma preocupação com as Políticas de Formação para trabalhador(a)s em educação com centralização nas questões de saúde. O eixo apresenta três proposições e foram destacados os seguintes pontos, considerados importantes relacionados às três proposições: 1. Garantia da jornada única em uma unidade escolar. 2. Acompanhamento e avaliação dos cursos EaD. 3. Financiamento Estudantil. 4. Trabalho como princípio educativo. 5. Formar para a garantia da inclusão e diversidade. 6. Revisão do Marco Legal da C&T. 7. Valorização da EJA, da Educação do Campo, Quilombola Indígena e Especial. 8. Penalizar agentes públicos pelo descumprimento da Lei do Piso. 9. Garantia de Aposentadoria Integral, entre outros. (SLIDES – ANEXO 4).

O **Eixo VI – Financiamento público da educação pública, com controle social e garantia das condições adequadas para a qualidade social da educação, visando à democratização do acesso e da permanência** – foi apresentado pelo diretor Emerson Duarte. Foi indicado que na proposição 1, do eixo VI, está apresentada o indicativo de consolidar uma base da política de financiamento. O eixo tem 65 estratégias. Elas foram sintetizadas para a apresentação. No geral, há a indicação de elevar o montante de recursos públicos aplicados na educação pública. Entre as estratégias apresentadas para essa elevação estão fontes de recursos adicionais, tais como, a taxação de casas de apostas, regulamentação da tributação sobre grandes fortunas, elevação da carga tributária e taxação de rendas, eliminar parte de renúncias de receitas de impostos, utilizar recursos da cobrança da dívida ativa da União, recursos de exploração do petróleo e gás, além do pré-sal, reestruturar os recursos públicos aplicados no setor privado, construindo travas e prazos, para reduzir a destinação de recursos. Os Princípios da Política de Financiamento identificados: 1 – Recursos públicos devem ser aplicados exclusivamente em educação pública; 2 – transparência na arrecadação e aplicação do salário educação; 3 – Implementar no prazo de 5 anos o CAQ – Custo Aluno-Qualidade; 4 – Garantir a complementação de recursos financeiros pela União a todos os estados, ao DF e aos municípios que não atingirem o mínimo em MDE; 5 – Reajustar anualmente os valores do PNAE pelo IPCA e expandir o quantitativo de estudantes atendido(a)s pelo programa; 6 – Expandir a educação profissional de qualidade socialmente referenciada com financiamento público permanente; 7 – Definir parâmetros para o financiamento da educação superior pública, na direção da garantia do padrão de qualidade socialmente referenciada, com efetiva autonomia universitária, entre outros. (SLIDES – ANEXO 5)

A diretora Ana Paula apresentou o **Eixo VII – Educação comprometida com a justiça social, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento socioambiental sustentável para a garantia da vida com qualidade no planeta e o enfrentamento das desigualdades e da pobreza**. O conteúdo do Eixo propõe instituir um conjunto de proposições articuladas com o Sistema Nacional de Educação e um conjunto de ações com o Estado e a sociedade organizada. O documento concebe o Estado brasileiro como um órgão para promover um ambiente social e econômico de combate à pobreza, às violências e intolerâncias etc., principalmente, por meio de políticas educacionais. Nessa perspectiva, não se vislumbra uma crítica ao modelo de sociedade, ao papel do empresariado e do próprio Estado nesse processo. A educação, como um direito humano fundamental, é vista como forma de resolver os problemas sociais, econômicos e ambientais, colocada como panaceia para resolver problemas estruturais da sociedade brasileira, a exemplo de movimentos como o otimismo pedagógico vivenciado no início do século XX no País.

Após as apresentações, foram abertas as inscrições para a discussão do documento da CONAE com a participação de todo(a)s o(a)s representantes das seções sindicais, que fizeram várias falas nesse ponto. Destacam-se **os principais** pontos levantados:

- **Sobre o processo de construção da CONAE e a disputa do novo PNE:** as falas ressaltaram que muito(a)s professore(a)s da base do ANDES-SN participaram da construção do documento da CONAE e sugeriram que o ANDES, embora não tivesse participado da CONAE, acompanhasse o debate, estando presente e disputando o projeto de lei do PNE, mas também, nessa disputa, propor outro projeto de sociedade e de educação; as falas identificaram que o documento

da CONAE contempla contribuições de várias entidades, que, inclusive, construíram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), ressaltando as contradições, as possibilidades e limites que estão postos no documento, principalmente no tema do financiamento; as falas destacaram também que o campo conservador e reacionário está forte e se posiciona contrário às propostas apresentadas no documento da CONAE, que o considera progressista e que o empresariado da educação disputa a educação e seus princípios.

- **Sobre o financiamento público da educação pública no documento da CONAE:** as falas destacaram que, apesar da defesa da aplicação de 10% do PIB na educação pública presente no documento da CONAE, proposta que se coaduna com o projeto de educação do ANDES-SN e está presente no PNE da Sociedade Brasileira, há um limite na proposição que diz respeito ao período para a implantação desse percentual, previsto apenas para o final do decênio e não imediatamente.

- **Sobre o avanço da EaD e a presencialidade:** As falas apontaram a necessidade do enfrentamento do movimento que pressiona a ampliação para 40% de EaD nos cursos de graduação, contra a implementação do Reuni digital, assim também a pressão pela manutenção de presencialidade nos cursos de graduação.

- **Sobre os espaços de construção do projeto classista de educação:** as falas apontaram as contradições entre os diversos espaços, dos quais o ANDES participa ou constrói, como o FNPE, (como observador) a CONEDEP (que está em processo de reconstrução) e o ENE (em debate no âmbito da CONEDEP), e daqueles espaços dos quais o ANDES-SN não participa, como a CONAE, mas que as falas apontaram para uma avaliação sobre o porquê dessa não participação, como também, daqueles espaços que serão objeto de avaliação em eventos posteriores do ANDES-SN, como, o Fórum Nacional de Educação (FNE).

Propostas encaminhamento desse ponto:

- Estimular às seções sindicais a realizar discussões e construir sínteses sobre o documento da CONAE em articulação com a proposta de educação do ANDES-SN (Caderno 2);
- Produzir um material, via GTPE (podendo ser em formato de cartilha) contendo a análise sobre o documento da CONAE, a partir das reflexões produzidas nessa reunião, para subsidiar discussões e debates;
- Que a Coordenação do GTPE divulgue o início da tramitação do PL do PNE e acompanhe a tramitação;
- Que a Coordenação do GTPE verifique a tramitação do Projeto de Lei que prorroga o prazo do PNE (2014-2024); (PL 5665/2023, que prorroga, até 31 de dezembro de 2028, a vigência do Plano Nacional de Educação aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014);
- Que a Coordenação do GTPE verifique como está a tramitação do Projeto de Lei do Sistema Nacional de Educação.

07/04/2024 - MANHÃ

Coordenação do GTPE: Ana Paula Salvador Werri (2ª Vice-Presidenta da Regional Pantanal), Clarissa Rodrigues (2ª Vice-Presidenta da Regional Leste), Cláudia Lino Piccinini (1ª Vice-Presidenta da Regional Rio de Janeiro), Fernanda Ferreira Belo (1ª Secretária da Regional Planalto), Raquel Dias Araújo (1ª Vice-Presidenta) e Emerson Duarte Monte (2º Vice-Presidente da Regional Norte II).

Representantes das seções sindicais: Adriana Patrúo (ADUFRJ), Amanda Moreira da Silva (ASDUERJ), André Rodrigo Guimarães (SINDUFAP), Cristina Cardoso de Araújo (APRUMA), Carlos Rogério Mauch (ADUFPB), Fernanda de Araújo (ADUFES), Gabriel de Medeiros (ADUFPB), Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ), Luciane de Almeida Gomes (ADUFMAT), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Marilene Lopes da Rocha (ADUFS), Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI), Onali Clementino Gonçalves (ADUFPI), Myrtes Dias da Cunha (ADUFU), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Priscila Monteiro Chaves (ADUFES), Regiane Blank Wille (ADUFPEL), Rita de Cassia (ADUFPB), Rita Rache (APROFURG), Simone Negrão de Freitas (ADUFPA).

A reunião iniciou com a apresentação da metodologia dos trabalhos – discussão em blocos temáticos relativos às resoluções aprovadas no 42º Congresso do ANDES-SN (*SLIDES – ANEXO 6*), a qual foi aprovada pelo(a)s presentes. Teve o início da apresentação em blocos, com leitura ponto a ponto das resoluções, seguida de debate do bloco e encaminhamentos.

1 - Resoluções relativas ao PNE. Resoluções 2, 2.1, 6.1, 12, 17.

2. Reafirmar a defesa da destinação de 10% do PIB, exclusivamente, para a educação pública estatal, já, no processo de elaboração do PNE, por meio de uma ampla campanha, em conjunto com outras entidades sindicais e sociais que concordem com esta pauta;

2.1. Que o ANDES-SN, via GTPE, aprofunde o debate sobre o significado do PIB como referência para financiamento da educação pública;

6.1. Que o ANDES-SN, através do GTPE, abra um profundo debate sobre a construção de espaços com a finalidade de acumular para elaboração de um PNE que atenda aos interesses da classe trabalhadora;

12. Que o GTPE debata propostas e formas de disputar o PNE 2024-2034 que tramitará no Congresso Nacional;

17. Que o GTPE, em sua primeira reunião, analise criticamente o documento aprovado pela CONAE, pensando como fortalecer campanhas unitárias pelo Revogação (do NEM, da BNCC etc.) e de oposição à atuação do setor empresarial na educação. Obs. (Resolução cumprida nesta reunião).

Após a apresentação das resoluções e discussão sobre cada ponto, os **encaminhamentos sistematizados foram os seguintes:**

- Produzir material explicando a proposição de destinação de 10% do PIB para a educação pública, já;
- Fazer debate sobre financiamento da educação pública e, especificamente, a proposição do 10% do PIB, já, com a contribuição de entidades que construíram a CONAE e que defendem essa proposição, como, ANFOPE, FINEDUCA e intelectuais do nosso campo para o debate;
- Debater na próxima reunião do GTPE a questão dos 10% do PIB, buscando aprofundar o debate sobre o significado do PIB como referência para financiamento da educação pública;
- Chamar reunião com as entidades da educação para construir a campanha de defesa da destinação de 10% do PIB, exclusivamente para a educação pública estatal, já;
- Levar a discussão da destinação de 10% do PIB, exclusivamente, para a educação pública estatal, já, para o âmbito da CONEDEP, com reunião a marcada para 15 de abril.

2 - Resoluções relativas ao FNPE E FNE –Resoluções 16, 18.

16. Realize um balanço da participação do ANDES-SN como observador do Fórum Nacional Popular de Educação, tendo como parâmetro o acúmulo do ANDES e seus compromissos firmados na luta pela educação pública.

18. Que GTPE produza avaliações sobre o Fórum Nacional de Educação e o Fórum Nacional Popular de Educação para orientar a decisão das seções sindicais no 67º CONAD sobre a participação nos citados espaços.

Após a apresentação das resoluções e discussão sobre cada ponto, os **encaminhamentos sistematizados foram os seguintes:**

- Produzir um balanço, via coordenação do GTPE, tomando como base as reflexões feitas na reunião do GT, sobre a participação do ANDES-SN no Fórum Nacional Popular de Educação, tendo como parâmetro o acúmulo do ANDES-SN e seus compromissos firmados na luta pela educação pública;

3. Resoluções Luta anticapacitista - Resoluções 13 e seus subitens, 14, 8.

13. Que o ANDES-SN, via GTPE, em conjunto com as seções sindicais e secretarias regionais, elaborem uma proposta de política para estudantes com deficiência, para servir de base para as reivindicações políticas locais e junto ao MEC, considerando:

- a) a necessidade de Atendimento Educacional Especializado na educação básica e no ensino superior das IES;

- b) e a defesa das ações afirmativas das IES em relação aos estudantes com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento;
 - c) concurso público para docentes e profissionais na área de Atendimento Especializado;
 - d) combate a política de bolsa para estudantes e/ou profissionais sem o preparo para o acompanhamento de estudantes PCD; e v) capacitação e formação aos docentes das IES para o Atendimento Educacional Especializado para os estudantes com deficiência.
- 14.** Que o ANDES, via GTPE e suas seções sindicais, denunciem as Universidades, CEFETS e Institutos Federais, em nível local e junto ao MEC, que por não contratarem trabalho especializado para atender os acadêmicos com deficiência, acabam substituindo atendimento qualificado, por formas precarizadas de contratação e atendimento, como, por exemplo, a assessoria de alunos bolsistas sem formação específica na área.
- 8.** Que o GTPE, em conjunto com o GTPCEGDS, siga acompanhando e acumulando o debate sobre a garantia do direito à educação para as pessoas com deficiências com vias a combater o capacitismo.

Após a apresentação das resoluções e discussão sobre cada ponto, **os encaminhamentos sistematizados foram os seguintes:**

- Convocar uma reunião conjunto do GTPCEGDS, GTPE e GTPFS e os temas do capacitismo e da garantia dos direitos das pessoas com deficiência serão discutidos, conforme resolução aprovada no GTPCEGDS.

4. Resoluções EJA – Resoluções 9 e 11.

- 9.** Que o ANDES-SN, em conjunto com os movimentos sociais e sindicais, fortaleça a constituição de uma política nacional de EJA para o direito à educação por meio da universalização da modalidade como educação básica nas etapas fundamental e médio.
- 11.** Que o ANDES-SN, em conjunto com os movimentos sociais e sindicais, reforce a luta contra o fechamento de escolas do campo e de turmas de EJA, aprofundando o debate sobre seus impactos no acesso da classe trabalhadora à educação básica e ao ensino superior

Após a apresentação das resoluções e discussão sobre cada ponto, **os encaminhamentos sistematizados foram os seguintes:**

- Ampliar o contato da Coordenação do GTPE com o Fórum EJA e seus correlatos nos estados.

5. Resoluções EaD – Resoluções 7 e 7.1.

7. Continuar a luta pela revogação da Portaria 2.117/2019, que autoriza as instituições de ensino superior (IES) a ampliar para até 40%, a carga horária de educação a distância (EAD), em cursos presenciais de graduação, avaliando suas consequências e mobilizando a base, denunciando a precarização das condições de ensino, reduzindo a categoria e desvalorizando o trabalho do docente.

7.1. Realizar um painel em reunião nacional do GTPE sobre as consequências pedagógicas do ensino à distância (EaD) na formação dos estudantes.

Após a apresentação das resoluções e discussão sobre cada ponto, os **encaminhamentos sistematizados foram os seguintes:**

- Realizar o painel **sobre as consequências pedagógicas do ensino à distância (EaD) na formação do(a)s estudantes**, trazendo os elementos apontados na resolução 7, relativos à Portaria nº 2.117/2019 e suas consequências para as condições de ensino e do trabalho do(a) docente, na reunião do GTPE que ocorrerá em junho, por ocasião da reunião conjunta do GTPCEGDS, GTPFS, GTPE.

6. Resoluções sobre o Observatório da Violência e regulamentação da profissão Pedagogo. Resoluções 1 e 3.

1. Que o ANDES-SN participe como observador do Observatório Nacional da Violência Contra Educadores, relatando e avaliando a participação no GTPE, bem como intensifique a luta contra a violência nas escolas, universidades, institutos federais e centros federais de educação tecnológica (CEFET).

3. Posicionar-se contra a Regulamentação da Profissão do(a) Pedagogo(a) e da criação dos Conselhos Federal e Estaduais, propostos pelo PL nº 1.735/2019.

Após a apresentação das resoluções e discussão sobre cada ponto, os **encaminhamentos sistematizados foram os seguintes:**

- Continuar acompanhando o Observatório da Violência e produzindo relatório sobre as reuniões e atividades.

- Acompanhar a tramitação o PL 1.735/2019.

- Compor, via GTPE, espaços de debates na base, com estudantes e até solicite e/ou participe de audiências públicas reafirmando a posição do ANDES-SN sobre o PL nº 1.735/2019.

7. Resoluções Militarização das Escolas e Curricularização da extensão – Resoluções 4 e 5.

4. Reforçar nossa luta contra a Militarização da Educação Pública brasileira, exigindo do MEC, dos governos estaduais, municipais e distrital, o posicionamento contrário a esse modelo, e propondo a desmilitarização das instituições existentes, avançar na construção de estratégias e espaços de articulação com as demais entidades para combater as escolas cívico-militares.

5. Que o GTPE reafirme o papel da extensão apresentado no Caderno 2 e aprofunde a discussão sobre o sentido da extensão e o impacto da Curricularização da Extensão nas instituições e na carreira docente.

Após a apresentação das resoluções e discussão sobre cada ponto, **os encaminhamentos sistematizados foram os seguintes:**

- Reforçar a luta contra a Militarização da Educação Pública brasileira, buscando avançar na construção de estratégias e espaços de articulação com as demais entidades para combater as escolas cívico-militares, partindo daquilo que o ANDES-SN já tem produzido sobre o tema, como o Dossiê sobre Militarização, os acúmulos produzidos no VII Seminário Estado e Educação, dentre outros.

- Fazer, via GTPE, um mapeamento a partir do levantamento junto às seções sindicais dos modelos de curricularização da extensão nas IES para apresentação e análise em reunião do GTPE, buscando identificar suas contradições.

8. Resolução CONEDEP E VI ENE – Resolução 6

6. Que o ANDES-SN convoque as entidades que construíram o III ENE, e outras entidades da educação do campo classista, para debater sobre a possibilidade de rearticulação da CONEDEP e a possibilidade de construção do IV ENE.

- A Coordenação do GTPE informou que foi enviado convite às entidades que participaram do III ENE e outras entidades nacionais, a exemplo do Fórum EJA, para nova reunião da CONEDEP, no dia 10 de abril de 2024, no formato híbrido, transmitida, presencialmente, da sede do ANDES-SN (Brasília). A Coordenação informou também que a primeira reunião aconteceu em 30 de novembro de 2023, no formato híbrido e, presencialmente, na sede do ANDES. A pauta da reunião será a discussão sobre a possibilidade de rearticulação da CONEDEP e a possibilidade de construção do IV ENE, conforme resolução aprovada no 42º Congresso.

Após a apresentação das resoluções e discussão sobre cada ponto, **os encaminhamentos sistematizados foram os seguintes:**

- Reforçar o convite às entidades para a reunião do dia 10 de abril de 2024, pedindo a confirmação da participação na reunião.

9. Resolução Certidão de Antecedente Criminal – Resolução 10.

10. Que o ANDES-SN, em conjunto com outros sindicatos da categoria docente, lute pela revogação da Lei 14.811 de 12 de janeiro de 2024 que determina que professores e professoras de escolas públicas e privadas devam apresentar certidão de antecedentes regularmente, a cada 6 meses.

Após a apresentação das resoluções e discussão sobre cada ponto, **os encaminhamentos sistematizados foram os seguintes:**

- Estabelecer articulação com entidades da educação básica para discutir e pensar ações conjuntas.
- Solicitar parecer da AJN sobre a Lei nº 14.811/2024.

OUTROS ASSUNTOS:

A Coordenação do GTPE informou que no mês de junho ocorrerá reunião conjunta do GTPCEGDS, GTPFS, GTPE para discutir resoluções aprovadas no 42º Congresso, com convocatória a ser enviada posteriormente. As resoluções são:

- 1. Que o GTPCEGDS e o GTPFS façam reunião conjunta pautando o tema dos abolicionismos penais e da luta pelo desencarceramento, como espaço de fortalecimento da luta antirracista e de combate ao projeto de segurança pública pautado no genocídio da juventude negra e no punitivismo penal.**
- 2. Que o GTPCEGDS, GTPE e GTPFS façam reunião conjunta pautando a luta das mulheres ciganas, indígenas, negras e mulheres com deficiência nas Universidades, IFs e CEFETs, reafirmando seu protagonismo nas lutas.**
- 3. Que o GTPE em conjunto com o GTPCEGDS siga acompanhando e acumulando o debate sobre a garantia do direito à educação para as pessoas com deficiências com vias a combater o capacitismo.**

Após esse informe, a Coordenação agradeceu a presença de todas, todes e todos e as contribuições e encerrou a reunião, às 12h.

Brasília (DF), 7 de abril de 2024.

ANEXO 1

INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS (Enviados via e-mail)

I – ADUFPEL

Abordamos em vários momentos, inclusive em assembleia a questão da reforma do Ensino Médio e apontamos os efeitos à médio e longo prazo dos efeitos nefastos na implementação dessa reforma. Também nessa questão, a postura de descaso do governo frente à nossa reivindicação de revogação da lei de que trata essa reforma.

Estiveram presentes em nossos momentos de discussão, o nosso calendário acadêmico, que tem trazido prejuízos inúmeros, sobrecarregando os docentes com tarefas a serem realizadas, com três semestres em um ano, assim como os discentes no aprendizado e avaliação, tendo como consequência uma expressiva evasão.

A título de informação, a Adufpel em AG realizada em 27 de março de 2024, deliberou por greve a partir de 15 de abril como encaminhamento a reunião de setor agendada para 10 de abril próximo. Gestão da Ufpel emitiu nota a toda comunidade informando que manterá o calendário acadêmico e que tratará caso a caso o movimento de greve. Importante salientar que também os TAEs (Asufpel Fasubra) também já deflagraram greve. Cabe salientar o movimento conjunto da Adufpel, Asufpel e Sinasefe na construção conjunta de mobilização local.

Adufpel participa em conjunto com a Asufpel (Fasubra) e DCE a organização do processo eleitoral para escolha da próxima gestão da Universidade. Com apoio do TRE RS a consulta será paritária e com uso de urnas eletrônicas.

II – APRUMA

1. A diretoria reuniu o Conselho de Representante - CR no dia 09.03 para discussão das deliberações do 42º Congresso do ANDES-SN; e, para planejamento das atividades/ações a serem desenvolvidas no exercício/2024; e, a greve ganhou centralidade nas discussões;
2. Nessa reunião muitas atividades/ações foram pensadas e discutidas, considerando as deliberações do Congresso, bem como às necessidades da APRUMA;
3. A diretoria e o CR antes (18.3) da AG se reuniram para discussão e acúmulo sobre a construção da greve, objeto de discussão da 1ª AG;
4. Logo após a AG (26.03) a diretoria realizou outra reunião para discussão das deliberações da AG;
5. A AG foi realizada dia 21.03; o indicativo de construção da greve foi aprovado;

6. A APRUMA garantiu a participação de representante na reunião do setor das IFES realizada dia 22.03;
7. Na AG foi constituído o Comitê de Mobilização; e, a perspectiva é que na próxima seja ampliado;
8. No período de 26.03 a 06.04 a Diretoria e CR, juntamente com o Comitê de mobilização participaram da implementação de ações de mobilização: participação nas assembleias departamentais; no ato organizado e apoiado pela APRUMA dos (as) técnicos (as), em mesas de discussões sobre o tema, etc
9. A próxima assembleia será dia 08.04 para deflagração da greve;
10. Retomada dos GTs, em especial, do GTPE para fortalecimento dessa mobilização e das ações da entidade de modo geral.

III – ADUFMAT

A UFMT realizou no dia 02/04/2024 a o segundo turno da consulta informal para reitor da universidade. A consulta informal e um instrumento histórico realizado pelas entidades de base, docentes, discentes e cênicos, é que garante a paridade de votos.

O processo foi longo exaustivo, colocou em pauta duas concepções opostas de universidade, onde o atual reitor citou, por várias vezes o caderno 2 do Andes, como tentativa de dialogar com a base, mas sem nenhuma materialidade, inclusive, não compareceu a assinatura da carta compromisso com as demandas da nossa Adufmat. Dessa forma, o projeto coletivo encabeçado por nossa companheira histórica de luta da Adufmat, professora Marluce como vice, professor Silvano, sagrou-se vitorioso.

No dia 04/04 a Adufmat realizou a assembleia com a pauta “deflagração da greve” que foi rejeitada pelos votos do interior a partir das seguintes alegações: evasão, taxa de ingresso em alguns cursos perto dos 10% número de vagas do curso, descompasso do calendário fragiliza a permanência dos alunos. Apesar de rejeitar a deflagração, o estado de greve foi mantido, e fortalecido o comando de greve com previsão de mobilizações e retomada da discussão pela deflagração em momento oportuno.

IV– APROFURG

1. Realização de reunião do GTPE na APROFURG no dia 26/3, na qual discutimos a pauta da greve. A coordenadora, professora Magda Vicente, não pode vir à reunião em BSB por compromissos anteriores.

2. Realização de assembleias e rodas de conversa para discutir/construir a greve:

- 20/3 - Assembleia - Estado de greve. assembleia permanente e constituição do Comando Local de Mobilização (CLM);
- 26/3 - Assembleia - Construção da pauta da greve;
- 28/3 - Reunião do CLM com DCE/DAs/CAs e APG;
- 3/4 - Assembleia de indicativo para 8/4 (70 votos favoráveis, 8 contrários e 3 abstenções);
- Semana de 1 a 5/4 - Rodas de conversa do CLM em todos campi da FURG e com os DAs de cursos que demandaram;
- 5/4 - Reunião com as reitorias da FURG e do IFRS;
- 5/4 - Assembleia Unificada (estudantes, TAEs e discentes) - TAEs estão em greve desde 11/3 - estudantes indicaram apoio à greve dos TAEs e docente e irão se organizar nos movimentos estudantis para definirem os próximos passos após assembleia de deflagração;
- 8/4 - Assembleia de Deflagração, às 8h30.

3. Produção de material sobre a greve (vídeos, material impresso e para as redes sociais).

4. Cassação por aclamação pelo Conselho Universitário da concessão de Títulos Honoríficos “Doutor Honoris Causa” concedidos pela FURG ao General Emílio Garrastazú Médici, em 1972; ao General Golbery do Couto e Silva, em 1981; e, ao Almirante-de-Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, em 1984.